



Número: **0842971-74.2017.8.20.5001**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Terceira Câmara Cível**

Órgão julgador: **Gab. Des. Vivaldo Pinheiro na Câmara Cível**

Última distribuição : **05/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Processo referência: **0842971-74.2017.8.20.5001**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|---|--------------------|---|-------------------|
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (APELANTE) | | ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (ADVOGADO) | |
| MARIA GORETTI DO NASCIMENTO SANTOS (APELADO) | | EUEDES JOSE PINHEIRO DA COSTA (ADVOGADO) | |
| MARGARETH BARBOSA DO NASCIMENTO (APELADO) | | EUEDES JOSE PINHEIRO DA COSTA (ADVOGADO) | |
| LINDENBERG BARBOSA DO NASCIMENTO (APELADO) | | EUEDES JOSE PINHEIRO DA COSTA (ADVOGADO) | |
| FRANCISCO DE ASSIS DO NASCIMENTO (APELADO) | | EUEDES JOSE PINHEIRO DA COSTA (ADVOGADO) | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 8109553 | 27/11/2020 16:41 | 2579383_EMBARGOS_DE_DECLARACAO_ACORDAO_2a_INST_01 | Outros documentos |



EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR RELATOR VIVALDO PINHEIRO DA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Processo: 08429717420178205001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por MARIA GORETTI DO NASCIMENTO SANTOS, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA CONTRADIÇÃO

Com a mais a respeitosa *vênia*, na decisão proferida V. Exa. se manifestou equivocadamente sobre pontos importantes levantados nos autos, a respeito dos quais, deveria ter-se pronunciado, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, para que lhes confira os efeitos integrativos ao respeitável *decisum*.

Conforme sustentado pela Embargante no curso do processo o direito postulatório está IRREMEDIAMENTE PRESCRITO.

Ocorre que o i. Relator entendeu que o pedido administrativo foi realizado em 2013, vejamos:

24/11/2020

TJRN - 2º Grau - Processo Judicial Eletrônico

Por sua vez, mister observar que houve pedido administrativo prévio em 15/01/2013 pelos autores, o qual, por força da Súmula 229 do STJ, suspendeu o prazo para a propositura da demanda judicial: "O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão."

Outrossim, verifica-se dos documentos acostados que a resposta ao pleito administrativo formulado pelos apelados ocorreu em 18/06/2016, momento no qual ocorreu a ciência da resposta, tendo os apelados ajuizado a demanda inicial em 18/09/2017 (data da distribuição judicial). Destarte, inócurre a prescrição trienal alegada pela parte ora apelante.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Porém, conforme consta da documentação o CARIMBO DE RECEBIMENTO PELA SEGURADORA APENAS NO ANO DE 2016:

| | | | |
|---|---------------|------------------|---------|
| <input checked="" type="checkbox"/> CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO BRADESCO | Nº BANCO: 237 | Nº AGÊNCIA: 3224 | Nº C/P: |
| | 0066712-9 | | |
| <input type="checkbox"/> CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO DO BRASIL | Nº BANCO: 001 | Nº AGÊNCIA: | Nº C/P: |
| <input type="checkbox"/> CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO ITAÚ | Nº BANCO: 341 | Nº AGÊNCIA: | Nº C/P: |
| <input type="checkbox"/> CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL | Nº BANCO: 104 | Nº AGÊNCIA: | Nº C/P: |

Declaro que a conta acima mencionada é de minha titularidade,
na vez efetuado o Pagamento/Crédito do valor da indenização do sinistro, de acordo com as informações acima descritas,
conheço o recebimento e dou como quitada o valor da referida indenização.

NATAL RN 15/01/2013 Local e Data

Margareth Rosa Barros Vasconcelos Assinatura do Beneficiário

CENTAURO-ON
04 JUL 2016
DPVAT-CTRA

Ao contrário do que entendeu o i. Relator, considerando que o evento danoso ocorreu na data de **15/10/2012**, ao passo que o pedido administrativo ocorreu no dia **18/07/2016**, conforme pode se comprovar através de simples análise do processo administrativo, transcorrendo entre os dois marcos, o prazo de **3 ANOS E 9 MESES**, ou seja, o **PEDIDO ADMINISTRATIVO FOI REALIZADO QUANDO JÁ ESTAVA PRESCRITO O DIREITO DOS AUTORES.**

Verifica-se tal contradição, deve ser suprida ou sanada por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

Conforme amplamente demonstrado nos autos, trata-se, da chamada “prescrição extintiva”, donde se depreende que o não uso do direito no tempo previsto, acarreta sua perda.

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado o ponto contraditório, conferido efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NATAL, 27 de novembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

